

RODA DE CONVERSA: UM INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NO ENSINO DE HISTÓRIA.

Juliana Soares de Resende Santos¹
Maria Alice Machado Silva²
Samira Ribeiro Sampaio³

RESUMO:

O presente relato de experiência discute o uso da roda de conversa como estratégia pedagógica no ensino de História, a partir de uma situação de discriminação racial vivenciada por uma aluna do sexto ano do Ensino Fundamental II, em uma escola pública da cidade de São João del Rei, Minas Gerais. A ocorrência foi observada por bolsistas do PIBID-História/UFSJ e desencadeou a realização de uma roda de conversa que possibilitou a expressão de sentimentos, a reflexão crítica e o fortalecimento de vínculos afetivos entre os estudantes. O episódio permitiu a construção de um espaço de escuta, acolhimento e compartilhamento de vivências, contribuindo para práticas pedagógicas antirracistas e para o desenvolvimento socioemocional da turma. O relato dialoga com referenciais da neurociência e da educação, como Vygotsky, Cosenza e Guerra, evidenciando o papel das interações sociais na aprendizagem, bem como a importância de metodologias ativas no enfrentamento do racismo no contexto escolar.

Palavras-chave: Roda de conversa, Discriminação racial, Educação, Ensino de História.

INTRODUÇÃO:

O relato de experiência apresentado nesse texto reflete os impactos positivos das intervenções pedagógicas e socioemocionais alcançadas pelas rodas de conversa propostas em sala de aula. Essa dinâmica é utilizada como metodologia ativa. “É uma concepção educativa que estimula processos de construção-reflexão-ação em que o estudante tem uma postura ativa em relação ao seu aprendizado numa situação prática de experiências” (SANTOS, 2019, p.06)
O desenvolvimento das rodas de conversa na prática docente é uma constante na carreira da

¹ Professora supervisora do PIBID-História-UFSJ desde novembro de 2024. Atua como professora do Ensino Básico na rede pública estadual de Minas Gerais desde 2017. Graduada, licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2014) e Pedagogia pela FAVENI (2024). Mestre em História pela Universidade Federal de São João del Rei (2018). Atualmente, dedica-se a estudos sobre educação pela pós-graduação em Neuropsicopedagogia pela UniBH.

² Graduada em História-Licenciatura pela Universidade Federal de São João del-Rei (2025). Atuou como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no edital 2022/2024, e no edital 2024/2025.

³ Graduanda em História-Licenciatura pela Universidade Federal de São João del-Rei (2023). Atua como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no edital 2024/2026. Estagiária no Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental da UFSJ (LABDOC) desde maio de 2025.

professora Juliana Soares, atual supervisora do PIBID-UFSJ-História. Esse formato é mais interativo e lúdico, ao abordar temas do conteúdo da disciplina, bem como da realidade experienciada pelos alunos. As propostas de debates são diversas e desenrolam-se de maneiras surpreendentes ao longo de cada roda. Grande parte dessas discussões vem de oportunidades percebidas durante as aulas, muitas vezes como demandas urgentes de diálogo sobre as dores, afetos e conhecimentos que atravessam a experiência escolar.

O exposto sobre a roda de conversa dos próximos parágrafos traz à luz uma situação frequente no dia a dia escolar e que, infelizmente, está presente todo nosso tecido social: a discriminação racial da população preta a partir do demérito da estética afrodescendente. São inúmeros os casos de violências sofridas dentro e fora da sala de aula dessas pessoas que possuem arquétipos físicos que remetem às características afro, como por exemplo, o nariz, a boca e o cabelo. Neste estudo de caso, uma aluna do sexto ano do Ensino Fundamental II foi agredida com palavras por outro colega da mesma classe, alegando que o cabelo da aluna era feio e “duro”. A aluna, muito abalada com a situação, começou a chorar dentro da sala e recebeu o apoio de algumas colegas próximas. Percebendo a situação, as duas bolsistas do Pibid-UFSJ-História, Maria Alice Machado Silva e Samira Ribeiro Sampaio, conversaram com a professora Juliana e, assim, combinaram uma roda de conversa no último horário, quando estariam novamente naquela turma.

É importante, portanto, conhecer um pouco da história da comunidade escolar que circunda a Escola Estadual Ministro Gabriel Passos, na cidade de São João del Rei, Minas Gerais. Visto que, a realidade específica da região e do alunado interferem diretamente na prática pedagógica e nas relações estabelecidas dentro e fora do espaço escolar. A escola Ministro Gabriel Passos contava com 485 alunos matriculados e 52 professores no ano de 2020. Entre os alunos matriculados, 54% se autodeclararam brancos, 18% pretos, 45% pardos e 8% não quiseram declarar. Entre eles também foi declarado que 54% são alunos do sexo masculino e 46% são do sexo feminino. Todos os alunos afirmaram ter suas moradias na zona urbana de São João del Rei.

A escola está localizada na zona urbana e atende alunos do Ensino Fundamental I/II e Ensino Médio. Grande parte dos alunos residem em bairros periféricos da cidade, como por exemplo, São Geraldo, Bela Vista, Senhor dos Montes, São Dimas e Araçá. Nesse contexto, parte do alunado que hoje está matriculado na escola é filho, neto e bisneto de pessoas que estudaram na mesma escola, muitas vezes, reproduzindo e construindo relações semelhantes

com o processo de ensino/aprendizagem de seus antepassados.

A escola, criada a partir do Decreto nº 6.900 de 29 de março de 1963, apresentava dificuldades relacionadas à infraestrutura nos primeiros anos de funcionamento. Já no ano de 1970, “a situação das salas de aula era tão precária que quatro turmas em dois turnos funcionavam no porão da Igrejinha de São Geraldo (antiga), num regime de grandes sacrifícios para os alunos e professores.” (ESCOLA ESTADUAL MINISTRO GABRIEL PASSOS, 2019/2020, p. 5) Durante toda a década de 1970 a escola passou por diversas reformas e ocupou salas em várias instituições de ensino, como a escola Aureliano Pimentel e a escola Salesiano. Essas salas eram mantidas a partir do pagamento de aluguel, o que era oneroso aos cofres do estado de Minas. Na década de 1980, a situação foi regularizada com a entrega de um novo prédio no ano de 1981.⁴

Ao longo desses anos iniciais a escola Ministro Gabriel Passos ofertava apenas o ensino de 1ª a 4ª série,

porém, esta situação se modificou com a Resolução nº 6.937, publicada no Jornal Minas Gerais de 24/01/92, autorizando a extensão de série da seguinte forma: 5ª série, a partir de 1992, 6ª série a partir de 1993, 7ª série a partir de 1994 e 8ª série, a partir de 1995. (ESCOLA ESTADUAL MINISTRO GABRIEL PASSOS, 2019/2020, p.7).

No ano de 2009, a escola passou por diversas reformas, com melhorias no prédio escolar, sala de projetos educacionais, quadra esportiva coberta, sala de supervisão, banheiros e sala de professores. Já no ano de 2011, a escola implementa o Ensino Médio e oportuniza, a partir de então, que os alunos concluam mais uma fase dentro da mesma escola.

O Índice Socioeconômico (ISE) da escola Ministro Gabriel Passos é considerado baixo, em vista às outras escolas da regional. Esse índice é medido a partir dos resultados das avaliações do SIMAVE, analisado anualmente. Conforme o Projeto Político Pedagógico:

A escola é localizada em um bairro de vulnerabilidade social, o que contribui para um impacto no processo de ensino-aprendizagem dos educandos. Como consequência, podemos destacar a evasão escolar, que ocorre principalmente na educação básica. (ESCOLA ESTADUAL MINISTRO GABRIEL PASSOS, 2019/2020, p.10).

Com base nessas informações, compreende-se que ao longo dos anos de funcionamento da escola diversos obstáculos foram presentes dentro do desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem do alunado, bem como das condições de trabalho dos professores, equipe

⁴ Escola Estadual Ministro Gabriel Passos. Projeto Político Pedagógico. São João del Rei, 2019/2020. Um novo PPP está sendo desenvolvido pela gestão escolar, entretanto ainda não possuímos os dados mais atualizados referentes a situação da escola no ano de 2025.

pedagógica, funcionários e direção. Entretanto, o esforço conjunto realizado atualmente tem gerado debates, ressignificando olhares e espaços ocupados por esses mesmos alunos.

Projetos como o PIBID-UFSJ atuam e já atuaram na escola desde os anos de 2010 abordando novas práticas e metodologias dentro dos conteúdos previstos pela BNCC. Assim como, demais propostas realizadas pelo ICEB - Iniciação Científica na Educação Básica de Geografia que analisou no ano de 2024 “O desempenho escolar dos alunos negros de uma escola sanjoanense sob a ótica do racismo estrutural”. Entre outros projetos que visam ampliar as discussões presentes na sociedade contemporânea e que trazem reflexões importantes dentro das vivências dessa comunidade. (ESCOLA ESTADUAL MINISTRO GABRIEL PASSOS, 2019/2020).

O Circuito de Gestão da Escola Estadual Ministro Gabriel Passos no ano de 2024 e os planos de ação colocados em prática durante o calendário letivo fomentaram discussões importantes no enfrentamento à discriminação racial e ao bullying. Exemplos desse movimento foram (ESCOLA ESTADUAL MINISTRO GABRIEL PASSOS, 2019/2020):

- Trabalhar o autoconhecimento - despertando a importância de pensar no "EU" do futuro. Professora responsável: Bianca Ignachiti Peixoto. (Abril/2024)
- Palestra: Abordando questões cruciais relacionadas à saúde mental, como ansiedade, bullying e outros comportamentos que possam prejudicar a qualidade de vida. Professora responsável: Raquel de Cássia Ramos. (Maio/Junho de 2024)
- Incentivar a formação de professores em educação inclusiva. Supervisora responsável: Jeniffer de Paula Gomes. (Maio/Novembro de 2024)
- Gincana da Diversidade Afro-Brasileira: Conectando Culturas e Identidades. Professora responsável: Raquel de Cássia Ramos. (Agosto de 2024)

O movimento em busca de um processo de ensino-aprendizagem antirracista, que atua contra qualquer discriminação e ação racista, prevê também no currículo do curso de História – Licenciatura, da UFSJ preparar os futuros professores para o papel de formação de alunos reflexivos e capazes de reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica, religiosa, de gênero e regional da sociedade. Para tanto, a grade curricular da graduação é composta por disciplinas como Educação e Relações Étnico- Raciais e História da África, fundamentadas na Lei 10.639/2003. A qual busca capacitar os educadores na promoção do combate ao racismo estrutural e na valorização das identidades negras e indígenas. É preciso ouvir, ter consciência de uma escuta ativa que de fato faça sentido no processo de ensino-aprendizagem, assim como Paulo Freire destaca:



Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou a menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e, se não as escuto, não posso falar com elas, mas a elas, de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-las. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me a escutá-lo ou escutá-la. O diferente não é o outro a merecer respeito, é um isto ou aquilo, descartável ou desprezível. (FREIRE, 1996, p. 62).

Maria Alice Silva destaca que, apesar da base teórica obtida na Universidade, é inevitável os anseios e angústias ao imaginar presenciar uma fala discriminatória e racista dentro da sala de aula, pensamentos como: “Será que estou preparada para lidar com a situação?”; “Qual a melhor forma de intervenção?”; “Como falar sobre os impactos do racismo sendo uma professora branca?”. Essas são algumas das dúvidas recorrentes ao longo da graduação. Para tanto, o projeto de iniciação (Pibid) tornou-se fundamental na preparação e formação docente ao lidar com diferentes situações no ambiente escolar.

Ao presenciar a discriminação racial ocorrida na turma do 6º ano, a intervenção pareceu ser emergente. A escolha pela metodologia ativa de roda de conversa mostrou ser apropriada. Passamos, portanto, ao relato de fato dessa experiência.

METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA:

As bolsistas Maria Alice Machado Silva e Samira Ribeiro Sampaio observavam as aulas do dia 15 de maio de 2025, uma quinta-feira. As aulas de quinta, são organizadas da seguinte forma: cinco horários, primeiro horário – sétimo ano, segundo – sexto ano 1, terceiro horário – sexto ano 2, quarto horário – sétimo ano e último horário – sexto ano 1. O momento em que as bolsistas presenciaram a violência verbal foi durante o segundo horário da turma de sexto ano. Sensibilizadas com a postura dos alunos e das falas produzidas por alunos tão novos, elas buscaram conversar com a professora que interveio no comportamento dos alunos, advertindo sobre o assunto ali abordado. Conforme ressalta Samira Ribeiro:

À primeira vista, aquela cena poderia parecer algo banal, quase rotineiro, a final, a ainda é comum que “piadas” racistas sejam naturalizadas no cotidiano escolar. Mas, para nós, aquilo era muito mais do que um conflito entre estudantes: era uma oportunidade educativa potente. Quantas vezes, enquanto alunas, reproduzimos ou rimos de falas racistas por medo de exclusão, tentando nos encaixar em algum grupo? E agora, enquanto educadoras em formação, quantas vezes deixamos de intervir, por considerar essas situações apenas desentendimentos passageiros? Foi a partir dessa reflexão que, junto à professora regente, Juliana Soares, propusemos uma roda de conversa ainda naquele mesmo dia. Não houve tempo para planejamento formal, nem uso de bibliografia. O que houve foi escuta, urgência e cuidado.

A urgência se dá pela construção de novas formas de se olhar enquanto sujeitos da própria história. Refletindo sobre os significados que prontamente atribuímos e que pouco problematizamos em sala de aula. Lev Vygotsky afirma que o desenvolvimento da fala durante toda a infância é fundamental para o domínio da atenção e das diversas percepções da realidade a partir das estruturações das situações. A fala é um elemento estruturante para os sujeitos e, a partir dela, há a reorganização do sistema voluntário e afetivo da criança. É essa reorganização que contribui para que as intenções e representações simbólicas das ações sejam propositais. Mais uma vez, Vygotsky afirma que é pela fala e pela memória que a criança atribui atenção a determinado elemento de suas vivências. O autor defende que, “a memória da criança não somente torna disponíveis fragmentos do passado como, também, transforma-se num novo método de unir elementos da experiência passada com o presente.”(VIGOTSKY, 2007, p.29) O aluno, portanto, desenvolve-se por meio das interações em sala de aula a partir de situações que fomentem sua motivação. A busca por resultados e a motivação que o sujeito coloca em determinado assunto ou tarefa é essencial para o comprometimento do mesmo nas reflexões e ações dentro de seu cotidiano. A elaboração das informações dessas informações tem diferentes níveis de processamento. É necessário criar ativamente novos vínculos e relações daquele novo conteúdo com o que já está armazenado em nosso arquivo de conhecimentos.

Informações aprendidas utilizando um nível mais complexo de elaboração têm mais chance de se tornarem um registro forte, uma vez que mais redes neurais estarão envolvidas.

Pela mesma razão, é importante e útil aproveitar, sempre que possível, mais de um canal sensorial de acesso ao cérebro. Além do processamento verbal, usar os processamentos auditivos, tátil, visual ou mesmo o olfato e a gustação. Além do texto, é bom fazer uso de figuras, imagens de vídeo, música, práticas que envolvam o corpo, etc. (COSENZA; GUERRA, 2011, p. 62-63)

Um ensino de História que não se preocupa com as questões atuais que permanecem e se evidenciam como violências, não é de fato um ensino que procura construir os sujeitos para a cidadania e para formar relações sociais mais igualitárias. A BNCC (BRASIL, 2018) destaca a diversidade de perspectivas e sujeitos dentro do processo de ensino/aprendizagem no conteúdo de História. Ao longo dos anos do Ensino Fundamental II vários marcos de desenvolvimento são observados e, para tanto, é fundamental construir variadas narrativas frutos do tempo presente. “O passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual.” São processos importantes para o conhecimento de História reflexiva, como por exemplo, a identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto que estimulem o pensamento. Dentro da

dinâmica proposta a partir da fala dos alunos foram aplicadas competências específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental (BRASIL, 2018):

1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.
2. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Conforme Eliane Resende Ribas o professor tem que ser competente para conseguir administrar uma aula. Entretanto, mais do que apresentar bom domínio de turma, termo muito utilizado no meio escolar, que configura um posicionamento assertivo do professor dentro de sala de aula. É necessário compreender as dinâmicas do micro, dos sujeitos ali envolvidos e buscar acolher, quando possível, essas demandas. Portanto, ficou decidido no intervalo entre as aulas que o último horário seria de uma conversa aberta sobre os problemas que aquelas falas tinham dentro da convivência escolar e na formação da identidade de cada um ali presente. RIBAS (s.d., p. 15):

A competência então não está ligada diretamente ao conhecimento adquirido pelo professor, mas a suas habilidades em manipular esse conhecimento, em aplica-lo e fazer como que ele seja entendido pelo seu educando, para envolvê-lo no processo de ensino/aprendizagem, proporcionando uma motivação que o leve realmente a formar o seu conhecimento baseando-se no ensinado e aprendido.

A roda começou com a fala da professora supervisora Juliana Soares, na qual a mesma alertou sobre o cuidado com as palavras que dizemos uns aos outros e como a dor do outro deve ser respeitada. Muitas das vezes, dentro da experiência da professora, a roda de conversa tornou-se um espaço de entendimento e maior troca afetiva na relação aluno/professor. A mudança da disposição das carteiras e a postura mais amigável apresentam efeitos positivos na construção dessa relação. Por vezes, os alunos demonstram mais receptividade a presença da professora, bem como do conteúdo estudado nas aulas seguintes à roda. Para tanto, as rodas de conversa são estratégias fundamentais na prática docente experimentada ao longo dos oito anos de carreira da professora, entende-se que elas são como pontes de diálogo que aproximam e criam laços de identificação dentro do cotidiano escolar.

No momento da roda de conversa grande parte dos integrantes da sala, alunos, professora e bolsistas, se emocionaram. Os relatos das experiências vividas, as violências sofridas e um forte sentimento de solidariedade com o outro foram visibilizados durante aqueles 50 minutos de aula. Muitos chegaram a chorar e a se abraçar, como forma de demonstrar o afeto

e a cumplicidade que eles compartilharam. Durante toda a dinâmica, os integrantes da roda falaram de suas dores e estratégias de como, os mesmos, apesar de seus sofrimentos, conseguiram de alguma forma se olhar sob um outro ponto de vista.

Samira afirma que nosso objetivo era abrir um espaço no qual os alunos pudessem falar livremente, refletir sobre o que entendem por racismo e compartilhar experiências, muitas vezes silenciadas, de exclusão e violência simbólica. No início, encontramos resistência. Muitos acreditavam que seriam repreendidos. Então, mudamos a abordagem: perguntamos quem ali já havia vivido situações parecidas e como se sentiram. Em um gesto de vulnerabilidade, compartilhei com a turma um episódio marcante da minha infância escolar, quando, ao usar o cabelo natural solto pela primeira vez, tive lixo jogado sobre minha cabeça pelos colegas. Foi difícil reviver aquela memória, mas percebi que meu relato abriu um espaço de escuta genuína. Aos poucos, os estudantes começaram a compartilhar suas vivências. Foram muitos os relatos de violências, verbais, físicas e simbólicas, vividas tanto dentro da escola quanto em casa. Em determinado momento, uma aluna se emocionou e não conseguiu concluir o que dizia. A sala silenciou. A professora Juliana a acolheu com delicadeza e presença. Esse gesto simples, sem roteiro, evidenciou o quanto o afeto e a escuta ativa podem transformar a prática pedagógica. Para ressignificar aquele momento, propusemos que cada estudante dissesse algo que admirava em um colega. A leveza tomou conta do ambiente. Risos, trocas afetuosas e, por fim, um abraço coletivo encerraram a roda, simbolizando a conexão que ali se formou.

Ao final da aula, eu, Maria Alice e a professora permanecemos em silêncio, tocadas pela intensidade do que havíamos vivido. A experiência foi além de qualquer planejamento didático: ela nos fez refletir sobre o papel do educador, sobre os impactos das micro violências no cotidiano escolar e sobre a importância de criar espaços seguros de diálogo e acolhimento. Nas aulas seguintes, percebemos pequenas mudanças nos comportamentos dos alunos. Eles agora sabiam “dar nome às coisas”, reconhecer atos e falas racistas. Ainda assim, comentários inapropriados continuaram a surgir, o que não nos surpreendeu. Se até nós, adultos, reproduzimos atitudes racistas aprendidas, o que esperar de crianças de 10 ou 11 anos? Por isso, reforçamos a importância de construir práticas pedagógicas antirracistas, com dinâmicas que desenvolvam o pensamento crítico desde cedo.

Como desdobramento, propusemos uma atividade de cartografia: os alunos coloriram o mapa do continente africano, identificando países, características culturais, históricas e geográficas, numa tentativa de desconstruir estereótipos e ampliar repertórios. Durante a



atividade, surgiram falas potentes sobre a fauna africana, os processos de escravização e a riqueza cultural e civilizatória dos povos do continente. O que parecia ser apenas mais uma aula revelou-se continuidade de um processo educativo profundo, iniciado na roda de conversa anterior. Essa vivência, marcada pela escuta, pelos afetos e pela construção coletiva de saberes, me mostrou a força das práticas pedagógicas antirracistas. Nosso objetivo nunca foi “salvar o mundo” ou promover grandes transformações de imediato. Fizemos aquilo em que acreditamos: educar com humanidade.

Mais tarde, em conversa com Maria Alice, refletimos sobre a importância do lugar de fala e sobre o papel das pessoas brancas na luta antirracista. Ela compartilhou o quanto se sentiu cautelosa ao intervir na roda, por compreender que aquele era um espaço atravessado por vivências que não pertenciam diretamente a ela. Esse incômodo, longe de ser paralisante, revelou-se um gesto ético, uma consciência crítica sobre seu lugar enquanto mulher branca naquele contexto. A discussão sobre lugar de fala não deve ser encarada como um impedimento, mas como um chamado à escuta ativa, à humildade e à ação consciente. A luta antirracista não é responsabilidade exclusiva das pessoas negras. Trata-se de um compromisso coletivo, cotidiano e interdependente, que exige o envolvimento de todos, especialmente daqueles que ocupam posições historicamente privilegiadas. Como bem pontua Grada Kilomba, em *Memórias da Plantação* (2008): “O racismo é uma construção social que se reproduz nas instituições e nas práticas cotidianas. Por isso, sua superação depende da ação coletiva, da solidariedade e da transformação das relações de poder.” Essa citação resume o que vivenciamos em sala: um processo político, comunitário, de construção de espaços onde diferentes narrativas possam coexistir, se respeitar e se fortalecer mutuamente. As rodas de conversa, os momentos de escuta e as práticas pedagógicas sensíveis são caminhos possíveis para esse tipo de transformação. E, naquele dia, ao abrirmos espaço para a escuta verdadeira, acredito que demos um passo importante nesse sentido, tanto como pessoas quanto como educadoras.

Após a dinâmica, professora e bolsistas decidiram que o assunto deveria seguir uma sequência didática que abordasse com maior profundidade a valorização da cultura e território africano. Reconhecendo as inúmeras defasagens que ainda permanecem em nosso ensino, apesar da Lei nº 10.639/2003, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e particulares. A ideia era identificar,



analisar e refletir os aspectos cartográficos, territoriais, políticos, econômicos e culturais sobre o continente africano e as relações estabelecidas com o Brasil.

A sequência didática foi dividida em mais três aulas de 50 minutos. Nas quais duas aulas seriam de apresentação do continente africanos e os países existentes na atualidade. O continente africano foi projetado pelo datashow e as bolsistas, Maria Alice e Samira, abordaram características e curiosidades sobre diversos países, como por exemplo, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Congo, Etiópia, Somália, Egito, Marrocos, entre outros. Os alunos foram orientados a colorir as regiões indicadas no mapa: África Setentrional (ou do Norte), África Ocidental, África Central, África Oriental e África Meridional (ou Austral). As competências abordadas durante essa sequência didática foram:

- 1) Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
- 2) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado à localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão. (BRASIL, 2018).

As habilidades trabalhadas em sala de aula foram: (EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas. (EF06HI07) Identificar aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades. (EF06HI14) Identificar e analisar diferentes formas de contato, adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos e espaços. (BRASIL, 2018).

A proposta também buscou elucidar melhor o conteúdo abordado por meio do documentário SANKOFA – A África que te habita, na qual foram tratados os episódios “09 – Angola” e “10 – Moçambique”.

Os alunos assistiram ao documentário e foi produzido em conjunto as “Nuvens de Palavras” de cada um dos episódios. A “Nuvem de Palavras” pode ser considerada uma metodologia ativa utilizada pela professora Juliana como estratégia após a exposição de material audiovisual dentro de sala de aula. Ela é a construção coletiva de palavras-chave evidenciadas ao longo do documentário que chamaram a atenção dos alunos. A estratégia tem



se mostrado bastante eficaz ao perceber que os alunos passaram a se concentrar mais no conteúdo abordado por esses recursos midiáticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante do relato de experiência concluímos que os alunos foram os protagonistas desse momento. Eles demonstraram sensibilidade, reflexão e empatia em diversos momentos da sequência didática planejada. Os educandos falaram de momentos que se sentiram ofendidos e magoados com falas de colegas sobre sua aparência e personalidade. Também fizeram variadas relações entre o conteúdo apresentado sobre a diversidade cultural africana e as experiências que possuem em seu cotidiano. Quando um aluno é ouvido respeitosamente, a escola torna-se um local onde suas vivências são valorizadas, proporcionando uma construção coletiva de saberes. Dessa forma, a roda de conversa foi essencial para o desenvolvimento da empatia entre os alunos. Além disso, buscamos valorizar a diversidade existente entre eles. Essa simples iniciativa contribuiu significativamente para a elevação da autoestima dos alunos e para o respeito coletivo da turma.

Tornou-se evidente para nós, supervisora e bolsistas, que o professor, assim como o aluno, está em constante processo de aprendizado, assim como destaca Paulo Freire, “mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados” (FREIRE, 1998, p. 30). Dentro do ambiente escolar somos surpreendidos diariamente com novos desafios que, por sua vez, movem a constante reavaliação do professor e de sua prática.

Os anseios sobre a capacidade de enfrentar a diversidade da sala de aula, do combate à discriminação, ao preconceito e racismo são inevitáveis. Dentro desse contexto, o Pibid foi essencial no processo de aprendizagem, pois a prática revelou a importância da criação de espaços de conversas na sala de aula. Além disso, demonstrou que o professor deve estar atento aos diálogos e comportamentos dos alunos, com objetivo de intervenção em caso de comportamentos discriminatórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL ESCOLA. *África: continente*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/africa-continente.htm>. Acesso em: 13 out. 2025.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF, 2018.



CONSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Escola Estadual Ministro Gabriel Passos. Projeto Político Pedagógico. São João del Rei, 2019/2020.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

KILOMBA, G. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. 2. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

RAMOS, Raquel. Mapa: Localização da Escola Estadual Ministro Gabriel Passos, São João del Rei (MG). 2025

RIBAS, Eliane Resende. Os desafios de uma prática de ensino com competência. Centro Gráfico e Editora - Barbacena.

SANKOFA: a África que te habita. Direção: Gabriel Barbosa. Produção: TV Brasil. Brasília, DF: TV Brasil, 2023. Documentário.

SANTOS, Taciana da Silva. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Mestrado profissional e tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Pernambuco – Campus Olinda. 2019.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.